

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

RAMOS, Adriana de Carvalho Barbosa . Adriana de Carvalho Barbosa Ramos (depoimento, 2012). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (1h 25min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre FUNDAÇÃO FORD e FUNDAÇÃO FORD. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Adriana de Carvalho Barbosa Ramos
(depoimento, 2012)**

Rio de Janeiro

2019

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Helena de Moura Aragão; Lúcia Lippi Oliveira;

Levantamento de dados: Helena de Moura Aragão; Lúcia Lippi Oliveira;

Pesquisa e elaboração do roteiro: Helena de Moura Aragão; Lúcia Lippi Oliveira;

Técnico de gravação: Bernardo de Paola Bortolotti Faria; Marco Dreer Buarque;

Local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil;

Data: 10/02/2012

Duração: 1h 25min

Arquivo digital - áudio: 2; Arquivo digital - vídeo: 2; MiniDV: 2;

Temas: Amazonas; América Latina; Brasília; Centros de pesquisa; Direitos humanos; Direitos sociais; Etnias; Fundação Ford; Fundação Nacional do Índio; Gênero; Impacto ambiental; Índios; Instituições de proteção ambiental; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; Magistério; Meio ambiente; Museu Nacional; Noruega; Organizações não governamentais; Pesquisa científica e tecnológica; Política ambiental; Recursos hídricos; Terras indígenas; Tocantins;

Sumário

Entrevista: 10/02/2012 A graduação em Comunicação Social e a ida para Manaus como professora da Universidade do Amazonas; o envolvimento com a ONG Fundação Vitória Amazônica e o primeiro contato com a Fundação Ford; a ida para Brasília e o emprego no Instituto Socioambiental (ISA); os fundadores do ISA e o corpo organizacional atual; a atuação do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) nos assuntos indígenas; o papel do Núcleo dos Direitos Indígenas; a criação da palavra “socioambiental” na criação do ISA; o título de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) em 2001; a relação do ISA com a Fundação Ford; os primeiros projetos do ISA sobre territórios indígenas; o apoio da Ford na questão das comunidades indígenas; a criação de uma legislação para as terras indígenas; a jurisprudência entorno das ações do ISA; o caso da indenização de reparação do Estado pelo dano causado à comunidade indígena Panará; as reuniões com órgãos do governo: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Fundação Nacional do Índio (Funai) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); os impactos das obras de infraestrutura e o caso da hidrovial Araguaia-Tocantins; a importância da Fundação Ford para o ISA; o foco da Fundação Ford em questões ambientais e de direitos humanos; a não parceria com o World Research Institute e com a Greenpeace por discordar da agenda “Ancient Forest”; o papel do ISA na organização da aliança dos povos da floresta; a importância dos estudos do Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento e do Museu Nacional; o PPG7; a diferença entre o Plano Amazônia Sustentável (PAS) e o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm); a questão de volume de recursos fornecidos pela Fundação Ford e outras instituições; o interesse internacional na Amazônia; relato do encontro de parceiros da Fundação Rainforest da Noruega; o apoio multisetorial da Ford; a rede latino-americana; posicionamento da Ford e do ISA em questões de raça e gênero.

Entrevista: 10/02/2012

H.A. - Hoje é dia 10 de fevereiro de 2012, estamos conversando com Adriana Ramos do Instituto Socioambiental. Adriana por sorte estava de passagem aqui pelo Rio de Janeiro, ela mora em Brasília, vamos conversar um pouquinho sobre a relação do ISA¹ com a Ford, com a Fundação Ford, a participação. Queria, Adriana, que você começasse falando um pouco da sua formação e quando o ISA entra na sua vida ou você entra...

A.R. - Bom, eu estudei Comunicação Social aqui no Rio de Janeiro na faculdade da Cidade e trabalhei muito tempo na área de produção cultural, principalmente na área de música, mas aí fui embora daqui por motivos pessoais, eu casei, meu marido era antropólogo, foi dar aula na Universidade do Amazonas e eu fui morar em Manaus. E lá em Manaus comecei a trabalhar na área ambiental numa organização não governamental. Foi quando eu tomei contato com a Ford pela primeira vez, por algumas iniciativas coletivas que a Ford apoiava, que essa organização que era a Fundação Vitória Amazônica participava. E depois mudei para Brasília também por motivos pessoais, e o ISA tinha acabado de ser criado, eu já conhecia algumas das pessoas que criaram o ISA e acabei indo procurar emprego lá e comecei a trabalhar. Acho que eu fui uma das primeiras funcionárias do ISA depois que o ISA foi criado, que não era das pessoas que tinham vindo das organizações anteriores.

H.A. - Você foi da Fundação Vitória Amazônica?

A.R. - Eu fui da Fundação Vitória Amazônica

H.A. - Que também realmente era apoiada pela Ford. Então você já tinha uma relação com os *programme officers*.

A.R. - Já conhecia, na época era Anthony Anderson, que era o *programme officer* dessa área do meio ambiente, desenvolvimento sustentável, nem lembro qual era o nome nessa época. Então fui para o ISA logo no início, peguei, digamos, o final da transição, o início do ISA como ISA trabalhando no programa de política e direito que também sempre foi o programa apoiado

¹ Instituto Socioambiental

pela Ford. Nessa época nem tinha esse nome, era uma área de políticas públicas e tal. Mas sempre trabalhei no ISA dentro da área que era com maior interface com a Ford, apesar da gente sempre ter diferentes projetos. Então, de lá para cá fui ficando. Então comecei lá em 95 e estou lá até hoje.

L.O - O Anthony Anderson também é fundador do ISA, não é? Neide Esterci, Eduardo Viveiros de Castro, Viveros ou Viveiros?

H.A - Viveiros.

L.O - Todos os dois fundadores do ISA.

A.R. - É, tem uma turma. Desse pessoal, quer dizer, quem eu conhecia antes do ISA existir, desde bem antes foi o Sergio Leitão, que é advogado, que foi um dos fundadores também, que trabalhou NDI², hoje está no Greenpeace, que foi a pessoa que me apresentou as outras pessoas, e me lembro de conhecer o Beto Ricardo quando trabalhava na Fundação Vitória Amazônica, num evento, que era uma reunião, exatamente promovida pela Ford, que o Beto passou pela FBA. Aí fui conhecendo os outros, já entrando nessa área e comecei a conhecer. Mas tem um corpo de fundadores...

H.A. - De peso.

A.R. - De peso. E é bom porque até hoje tem muitos que tem uma interação muito grande.

H.A. - Hoje, quantos funcionários o ISA tem e como é essa organização em três cidades, porque está em três cidades?

A.R. - Vamos lá. A gente tem hoje, aproximadamente, 150 pessoas, a maioria funcionários contratados, celetistas, mas uma parte de consultores e uma parte de colaboradores mais eventuais e até voluntários, mas são em torno de 150, 160 pessoas trabalhando o tempo todo

² Núcleo de Desenvolvimento Infantil

na instituição. Desde que o ISA foi criado, ele foi criado já herdando os dois escritórios que eram das principais organizações que fundaram ele, então a sede que era do Cedi em São Paulo e o escritório do NDI em Brasília. A partir daí, com o desenvolvimento dos programas regionais a gente foi sentindo necessidade de colocar bases regionais porque era uma coisa muito distante, então abrimos um escritório em Manaus e temos alguns pequenos. Então esses são as sedes, os escritórios mais estruturados. Mas a gente tem em Eldorado na região do Vale do Ribeira um pequeno escritório, no Mato Grosso hoje a gente tem em Canarana, em Altamira... Não no Mato Grosso, na região do Xingu, Canarana no Mato Grosso, Altamira no Pará e São Gabriel da Cachoeira. Já tivemos até um pequeno escritorzinho em São José do Xingu, mas depois não houve necessidade de manter. A gente vai meio que abrindo as frentes de acordo com a necessidade do desenvolvimento dos programas.

H.A. - Mas a maioria das pessoas estão em Brasília e São Paulo?

A.R. - É, o corpo maior fica principalmente em São Paulo porque é onde você tem inclusive toda a parte de infraestrutura: de administração, informática, a parte de geoprocessamento. E muita gente sediada em São Paulo, mas que trabalha nos programas, mas hoje em Altamira, a gente tem pelo menos quatro pessoas. Quer dizer, a instituição cresceu muito fora do eixo Brasília - São Paulo.

H.A. - Queria que você contasse um pouco a história da fundação a partir das duas instituições, por que teve o desmanche ali?

A.R. - Bom, vou falar disso, depois vou falar, acabei não falando da estrutura do ISA. Falo depois como que... Falamos da trajetória. Bom, a gente tem aí a história de duas instituições com trajetórias muito próximas, mas bem distintas, o Cedi, o Centro Ecumênico de Documentação e Informação, formado por vários programas de áreas diferentes. Então tinha um programa na área agrária, tinha um programa na área de educação, um programa mais ecumênico mesmo, voltado para evangelização e o programa de povos indígenas no Brasil. Esse programa de Povos Indígenas no Brasil foi o grupo que se envolveu muito fortemente com todo o debate da questão do desenvolvimento sustentável na época da Rio 92, inclusive no processo de fundação do Fórum Brasileiro de ONGs, movimentos sociais. E de uma certa

forma passado o primeiro grande desafio que o programa Povos Indígenas tinha se colocado que era o de identificar e colocar os índios no mapa, eles começaram a identificar que o grande desafio seguinte para os índios era... Tudo bem, tendo os índios no mapa, tendo os direitos consagrados na Constituição, foi o passo seguinte, agora vai ser a questão da sustentabilidade dos territórios. Então você garante o direito ao território, mas como lida com esse diretório para garantir essa sustentabilidade futura. Então essa inter-relação da questão indígena com a questão ambiental, que era bem óbvia, foi ficando cada vez mais evidente na trajetória da instituição. A mesma coisa para o Núcleo dos Direitos Indígenas, ele praticamente foi criado para garantir a implementação da Constituição de 88. Então toda parte de regulamentação, de organização dos procedimentos de demarcação de terras indígenas, acompanhamento, desenvolvimento de ações judiciais paradigmáticas para poder assegurar o entendimento e a jurisprudência sobre os direitos indígenas, mas também nesse processo a mesma coisa, “sim, tudo bem, vamos reconhecer os territórios”, e dado o reconhecimento dos territórios que se abre um leque imenso.

H.A. - Novos problemas?

A.R. - Novos problemas, exatamente. Desafios de mais longo prazo que começaram a demandar dessas instituições que não estavam formatadas para atender esse tipo de demanda, demandas de campo, por exemplo, demandas concretas que as comunidades traziam. Então o Xikrin trouxeram para o Núcleo de Direitos Indígenas essa grande questão da invasão madeireira da retirada ilegal de madeira. Então foi feita uma ação judicial para retirar os madeireiros e tal, e aí aquela situação, uma comunidade que está há anos vivendo do dinheiro da madeira, expulsa os madeireiros e aí? Vive de quê de uma hora para outra? Então uma série de demandas que começam a surgir que exigem um tipo de resposta diferente do que aquelas organizações estavam formatadas para dar. E aí nesse processo, resolve então criar uma nova instituição com essa perspectiva.

H.A. - A gente conversou com o Aurélio [Vianna] quando a gente entrevistou ele aqui, ele era...

A.R. - Ele era do Cedi da área agrária.

H.A. - E ele falou que ele pessoalmente foi contra, naquele momento. Interessante, porque não deve ter sido fácil também.

A.R. - Sem dúvida, porque aí você tem essa história. No caso especialmente do NDI talvez mais fácil porque era um grupo menor, de pessoas que pelo menos estavam envolvidas na execução da instituição, então foi uma instituição menor com uma perspectiva de ganhar uma escala maior. No caso do Cedi eram vários programas de áreas diferentes. Então a perspectiva de todos os programas, com a dissolução... porque aí tem toda a história das questões envolvidas na dissolução, como eu não participei, não conheço, mas sei que não foi fácil. Tanto é que... assim como o Aurélio tinha essa posição, o pessoal do ISA se ressentia muito de que o Aurélio não quis conversa, não quis fazer parte. Então, certamente, não foi uma coisa simples, inclusive foi um processo bastante demorado. Mas acho que de uma certa forma, no caso do grupo de povos indígenas no Brasil tinha essa coisa que era uma novidade, que se abria, que era muito forte, com uma demanda muito grande e que precisava se reinventar um pouco para enfrentar esses desafios.

H.A. - Então, na verdade, não era só uma soma de duas instituições, transformando numa coisa totalmente diferente.

A.R. – Era uma coisa totalmente diferente. Ainda tinha a agregação de alguns ambientalistas que vieram do grupo SOS Mata Atlântica, para quem também não era só uma nova instituição, mas uma nova abordagem, porque a gente vinha de toda uma trajetória desses grupos mais ligados ao conservacionismo, e a proposta de uma instituição socioambiental já trazia boa parte das grandes dilemas colocados na discussão entre conservação e questões sociais, que eles tiveram que enfrentar. Então também não era uma coisa muito tipo, vamos fazer ali mais uma ONG, não. Até de inventar um nome, de certa forma cunhar uma palavra e dar sentido a ela de uma coisa que não se falava, socioambiental não existia. Inclusive o debate para saber se a gente ia escrever junto ou separado, com hífen ou não, foi uma pesquisa, teve que se consultar várias pessoas para dizer: “Bom, estamos inventando uma nova palavra”. E aí a felicidade de ter, digamos, o aval dos etimólogos e tal, para escrever socioambiental junto, porque aí era uma coisa que a gente dizia: “Tá vendo, é junto, não é uma super posição de coisas”.

H.A. - Simbólico, até.

A.R. - Certamente. Então, certamente não foi um processo nada simples. Imagino que especialmente para o grupo do Cedi deve ter sido bem lento e doloroso.

H.A. - A Ford já tinha uma participação na vida dessas instituições de alguma forma. Se não me engano já tinha para o NDI já tinha feito três doações ao longo dos anos 90 e imagino que tenha sido uma continuação de uma conversa até institucional mesmo, para ajudar o ISA a ser criado.

A.R. - Sim. Acho que inclusive a participação do Anthony [Anderson] no processo de criação reflete isso. Não só a Ford, outros parceiros que existiam na época foram parceiros que participaram do processo, que alimentaram, ajudaram a construir junto e deram as garantias para que a coisa acontecesse. Porque ninguém sai numa aventura dessa dizendo: “Vamos criar uma nova instituição e aí vamos começar a captar recurso”. Não, tem que fazer uma migração. E a Ford foi um grande parceiro, foi das organizações que fez esse movimento junto.

H.A. - Certo. Porque eu imagino que... O que a gente tem aprendido com essas entrevistas todas e lendo o material da Ford, em geral eles preferem financiar projetos e não o institucional. Mas acho que num momento desse de fusão, de criação...

A.R. - Acho que naquela época também tinha-se uma visão mais ampla dessa necessidade de você garantir as condições de funcionamento das organizações. Então mesmo que baseado em projetos formalmente, mas essa ideia de que naquela época tinha toda uma construção de sociedade civil para se fortalecer necessária, e aí acho que coincide muito com a própria trajetória da Ford acompanhar esse processo.

L.O - Só uma coisinha, tem outra agência de cooperação internacional que seja marcante também na criação do...?

A.R. - Olha, a gente tem desde aquela época a cooperação com a igreja da ajuda da Noruega, a NCA; naquela época o NDI tinha o apoio da Oxfam e da Novib, na mudança, e a outra organização é a Icco da Holanda, que é uma organização que também vem desse processo

histórico. Agora, se a gente imaginar, inclusive do ponto de vista de trajetória e de relevância do apoio à história do ISA hoje, a Ford tem uma relevância muito especial, pelo tipo de apoio e pelo próprio desenvolvimento da carteira dela ter sido um processo que acompanha muito a trajetória do ISA. As outras instituições trabalham muito com outras áreas, então tem um certo descolamento. No caso da Ford, na área de direitos humanos, na área de sustentabilidade tudo caminhou muito par e próximo.

H.A. - Foi fundada em 94 e virou Oscip³ só em 2001. Nesse período de 94 a 2001 qual foi a figura jurídica?

A.R. - A figura jurídica na verdade é a mesma, porque a Oscip é só um carimbo do Ministério da Justiça, e a gente apostou na história da Oscip achando que ia ser um diferencial para abrir caminhos. Hoje toda essa discussão legal do marco legal e do terceiro setor, se a gente fizer uma volta, na verdade não mudou muita coisa. A gente fez realmente um ajuste de estatuto para ter o reconhecimento de Oscip para ver se com isso abria novas oportunidades. Tirando essas alterações estatutárias, uma mesma base estatutária foi criada por uma associação civil e funciona assim até hoje. Quer dizer, a gente ganhou título de Oscip, mas confesso que até hoje a gente não se beneficiou dele muito. Não faz muita diferença.

H.A. - Nesse primeiro momento o que te chama atenção em termos de projeto e até nesse diálogo da Ford? Quais foram os primeiros projetos que o ISA pode dizer que...?

A.R. - Olha, a gente sempre teve o apoio da Ford para o nosso trabalho na área de políticas públicas, de formulação, de proposição, e sempre um apoio a nossa participação nos nossos processos coletivos. Acho que muitas das coisas que a gente fez na nossa trajetória de construção de parcerias com outras organizações, participação em fórum, em redes, tudo isso foi sempre baseado num apoio da Ford e toda essa parte de formulação. Acho que se a gente olha na história, por exemplo, toda a discussão que o ISA trabalhou sobre a questão de uso e proteção de conhecimento tradicional, reconhecimento do uso sustentável da biodiversidade como fundamental para o modo de vida das populações tradicionais e todas as propostas de

³ Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

legislação e de políticas que surgiram daí, então a gente sempre teve uma ênfase muito grande nisso. A questão da demarcação nos direitos territoriais, e aí acho que o ISA teve uma participação muito grande na definição de vários dos processos pelos quais essas coisas foram passando ao longo do tempo. Então a gente sempre buscou esse tripé e isso era uma coisa interessante porque, digamos, a Ford reconhecia e apoiava, que é um pouco o que a gente brinca, que a gente tem um pé no chão e a antena na lua. Porque é tipo desenvolver projetos de campo com as comunidades, então, por exemplo, nesse caso do Xikrin que a gente resolveu enfrentar esse desafio que foi um dos projetos paradigmáticos do ISA que teve início, meio e fim, e fazer um plano de manejo em campo, fazer os estudos necessários, regularizar esse plano, e aí no processo de regularização identificar as lacunas formais, normativas para que esse plano fosse desenvolvido, porque era uma coisa nova. Você chegava nos órgãos para dizer: “Eu quero saber como eu consigo uma autorização.” “Como assim, essa autorização não existe.” “Ah, não existe? Então, vamos conversar com o governo, vamos identificar onde estão as lacunas normativas para poder criar essas normas para permitir o apoio a esse tipo de projeto. E a partir daí, então, da experiência de campo, identificando as demandas das comunidades, propondo políticas para atender essas demandas, e a partir daí ajudando também a pautar até o debate internacional de como isso se reflete nas convenções internacionais e tal. Então eu acho que se a gente pegar toda essa parte que tem a ver com a questão da sustentação dos territórios, modelos de gestão territorial, processos de fortalecimento das comunidades locais para que elas possam assumir a gestão dos seus territórios, em todos esses momentos a gente teve esse apoio da Ford e essa presença, esse diálogo muito próximo, inclusive com outros parceiros. Então, para pensar coisas que hoje são mais evidentes. Hoje o Brasil tem um programa de gestão ambiental em terras indígenas, que é uma coisa, está para sair o decreto que ainda não foi publicado, mas já existe um programa, já existe uma iniciativa. Isso surgiu lá atrás, quando a gente fazendo os primeiros levantamentos sobre a questão de biodiversidade em terras indígenas, conseguiu demonstrar a capacidade de conservação das terras indígenas na comparação, inclusive com outras áreas protegidas. Vinha ainda um pouco desse debate do conservacionismo, de dizer que só valia mesmo para conservação as áreas que não tinha gente e que a presença dos índios...

H.A. - Realmente é uma grande questão.

A.R. - Exatamente. Que a presença dos índios gerava um certo impacto. Então a gente foi fazer essa pesquisa, esses levantamentos com base... Hoje em dia é super fácil você dizer, pega aí no Google, todo mundo olha as manchas do desmatamento, onde estão as terras indígenas. Há 15 anos isso não existia, você tinha que ir para um laboratório de geoprocessamento, comprar imagem de satélite, processar, fazer, identificar para mostrar. Aí nós fizemos isso, conseguimos fazer um *paper* e apresentar na convenção de biodiversidade.

H.A. - Mostrar que as terras indígenas...

A.R. - Mostrar que as terras indígenas cumpriam um papel na conservação e a partir daí uma série de outras ações e de políticas de governo foram se desenvolvendo nessa perspectiva. Então isso, por exemplo, é um exemplo bem concreto. Se a gente pegar uma série das questões que hoje estão postas nas políticas de governo de apoio a comunidades locais, questão dos preços mínimos dos produtos da biodiversidade, essas questões de apoiar as cadeias produtivas dos produtos que vêm dessas comunidades. A gente desenvolveu projetos e ações, articulação com outras organizações para elaborar propostas políticas para poder fazer isso. Então às vezes é até difícil no tempo você identificar porque são coisas que levam muitos anos para você ter um resultado. Por exemplo, a gente teve há dois anos essa coisa do protocolo de Nagoya, um reconhecimento dos conhecimentos tradicionais. *Nossa*, nós trabalhamos 15 anos com isso e teve uma época que nós falamos: “olha, deu, não dá mais” e acabamos deixando um pouco essa agenda de lado, deixamos um pouco de lado e dois anos depois a gente viu a coisa saindo lá. A gente já não estava mais totalmente envolvida, mas sabe que tem uma parte daquele trabalho, na pavimentação daquele caminho que a gente ajudou a fazer.

H.A. - Você estava falando de trabalho coletivo com outras instituições, a gente leu o artigo do Anthony Anderson dos 40 anos da Fundação Ford, lá ele dizia que 99 a Ford teve alguns momentos... Depois a gente vai falar especificamente da Ford, mas teve a agenda de apoio aos povos indígenas, que são um ambiente baseado em patrimônio e direitos e que o ISA foi a instituição âncora, que teve uma consultoria do João Pacheco, enfim, daí foi feita... Como foi isso, quem estava envolvido e como a Ford apoiou?

A.R. - Então, isso foi uma coisa que surgiu muito da relação das nossas experiências de campo, principalmente no Rio Negro dentro do Parque Indígena do Xingu, com a discussão que a gente fazia a partir dessa área de políticas públicas em Brasília. Então principalmente em cima da convenção da biodiversidade, dessa questão do reconhecimento do patrimônio dos direitos dos povos indígenas sobre seus conhecimentos e sobre o patrimônio genético nas suas terras, que a gente começou toda uma discussão sobre a regulamentação, as legislações desse... O Brasil já tinha uma medida provisória da questão de acesso a recursos genéticos, mas tinha toda uma questão a partir daí para ser desenvolvida em termos de legislação para ser cobrada, para ser avaliada com as comunidades, para que elas tivessem condições, por exemplo, o registro do seu conhecimento, enfim, e compreenderem que valor era esse; e aí tem todo um debate que se trava, porque de uma certa forma o próprio governo quando vem fazendo a regulação, ele vem fazendo a regulação numa perspectiva que ele coloca como uma perspectiva de oportunidade para a geração de renda, de negócios, com uma pressão muito grande do setor privado sobre o patrimônio dessas comunidades. E a gente sempre buscando trabalhar no sentido de reduzir esse impacto dessa demanda mercantil, mas garantir aos índios as condições, as salvaguardas para poder fazer a gestão do seu patrimônio. Então isso em relação à biodiversidade. Tem toda a questão da gestão do próprio território e da necessidade de garantir autonomia das comunidades para fazer a gestão desse território. Então a gente trabalhou muito nesses anos todos também com o apoio as comunidades indígenas na formalização das suas organizações, na capacitação para que elas tenham lideranças capazes de gerir, de poder desenvolver projetos. Então uma coisa interessante, muita coisa que a gente fez com o apoio da Ford, de permitir da gente trabalhar com as comunidades, fortalecer as lideranças, contribuiu para que essas comunidades e essas organizações tivessem autonomia para buscar recursos tanto na Ford mesmo como em outros parceiros. Esse processo de 99, pega muito dessa agenda da questão da biodiversidade e do patrimônio, e pega todas essas pequenas iniciativas locais que a gente vinha desenvolvendo. Essa época, por exemplo, que a gente começa a trabalhar com a parte de comercialização dos produtos de artesanato do Rio Negro, então toda a estruturação de cadeia, reconhecimento da questão do patrimônio imaterial deles; que daí também mais recentemente a gente foi aprofundando, porque aí agora você tem uma política do Ipam⁴, porque em 99, nessa época, não tinha isso. E veio muito daí, 99 foi quando a gente coordenou esse processo de

⁴ Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia

identificação de áreas prioritárias para conservação, que era um processo que vinha acontecendo em vários biomas e com uma metodologia utilizada no mundo todo, que só trabalhava com variáveis biológicas. Você identificava os territórios importantes para conservação, só do ponto de vista das informações biofísicas. As informações socioculturais, econômicas não entravam. E quando a gente coordenou esse processo para fazer para a Amazônia, em cima de toda essa experiência, de todo esse debate, a gente falou: “Olha, não tem condição de fazer da mesma maneira. É preciso reconhecer”. Você já tinha um percentual alto de terras indígenas reconhecidas com o papel dessas terras indígenas, já claro de que a forma de manejo dessas comunidades contribuía para conservação, então a gente fez toda uma adaptação na metodologia para trazer essa questão. Foi muito interessante porque tinha grupos de trabalhos regionais, onde você tinha vários pesquisadores da área biológica, e os pesquisadores estão acostumados a olhar: “Não, nessa minha área aqui, nessa área que eu pesquiso...”, aí o pessoal chegava lá e dizia: “Porque essa minha área aqui...”, aí os índios que estavam no mesmo grupo diziam: “Você vai desculpar, essa área aqui é minha, então se você acha que é importante a sua pesquisa lá, a gente acha que é importante por causa disso, tal”. Então buscar aproximar um pouco esses mundos. Daí, por exemplo, desse processo surgiu uma série de outras ações, por exemplo, para inserir os indígenas nos processos de pesquisa, para aproximar eles dessa visão do que é o patrimônio. A gente desenvolveu lá no Rio Negro, por exemplo, pesquisas em relação à questão do uso da mandioca, toda a coisa do conhecimento tradicional associado ao uso das culturas; tanto é que agora eles tiveram sistemas agrícolas deles reconhecidos como patrimônio imaterial. Então são coisas que começaram lá. Vão bem lentamente, porque é uma coisa mesmo de entender um problema novo, testar formas de trabalhar, testar no chão, digamos, juntando as expectativas dos índios com as possibilidades técnicas, que muitas vezes são coisas totalmente novas, e trabalhar para que a gente tenha legislações que reconheçam e transformem aquilo numa coisa maior. A gente sempre brinca, o próprio apoio da Ford que sempre foi para essa área, a gente sempre brinca, é o apoio Mastercard, porque é muito fácil você medir quantos hectares de terra você conservou, quantas lideranças você capacitou, isso tudo você tem número e vale. Agora, quando você consegue transformar uma coisa dessa numa norma, numa legislação que se aplica a todas terras indígenas, aí é...

H.A. - Não tem preço.

A.R. - Não tem preço. É uma coisa que dá um salto.

H.A. - Essa coisa da estrutura que você falou que ainda ia detalhar. Por exemplo, na área jurídica, de dar uma assistência jurídica a esses povos indígenas, estou imaginando, não sei se a agricultores também, familiares que trabalham...

A.R. - Hoje em dia sim, também.

H.A. - Criação de jurisprudência, como é? Quantos advogados estão envolvidos nisso?

A.R. - Então, quando o ISA foi criado, a gente tinha o que? Tinha uma área de políticas públicas e a gente tinha uma área jurídica que era muito voltada para essa parte de ações judiciais, não me lembro nem como chamava, e formulação, uma coisa de conhecimento jurídico mesmo. Então o ISA tinha dois programas regionais nessa época, que era o programa do Rio Negro e o programa Xingu, o programa de monitoramento que é um programa que pega o Brasil todo no que diz respeito às terras indígenas e a Amazônia para outras áreas protegidas, unidades de conservação. E a gente não tinha ainda, logo que foi criado... Tinha uma iniciativa de Mata Atlântica que era muito pontual que depois se transformou no programa Vale do Ribeira. O que a gente fazia? Tinha uma parte que era assessoria jurídica as comunidades as organizações parceiras, e aí assessoria jurídica para criação das organizações, então toda a discussão dos estatutos, assessoria para isso, assessoria jurídica nos processos de reconhecimento de terras indígenas, e a gente herdou várias ações judiciais que vieram do NDI que eram essas ações várias de desentrusão de área, conflito por causa de mineração. Tinha uma ação judicial que até bem pouco tempo a gente ainda estava tocando que era dos gavião para garantir um retorno da terra, do território que tinha sido ocupado na construção de Tucuruí, que eles tinham direito a uma outra terra, aí tinha uma ação na justiça para garantir essa compensação, então várias dessas ações. E a ideia dessas ações paradigmáticas, tipo, a ideia era que a gente identificava um problema que era um problema recorrente a várias terras e aí fazia um investimento em uma situação para conseguir um resultado positivo que garantisse uma jurisprudência ou mesmo que garantisse pelo menos a visibilidade política daquela questão. Tem um caso que é um caso super bem sucedido e bastante paradigmático que é o dos panará, os panará são aqueles

índios gigantes, chamados, que foram contatados pelos irmãos Villas-Boas na abertura da BR163, Cuiabá - Santarém, que sofreram imensamente. Era uma comunidade de pouca centenas de pessoas e chegou a ficar reduzida a 70, 50 pessoas porque morreram muitos por causa de gripe, de contágio, principalmente por causa de gripe. E aí os Villas-Boas decidiram tirar eles dali de onde moravam que era no sul do Pará, bem próximo da serra do Cachimbo e levar eles para dentro do Parque Indígena do Xingu. Porque o Parque Indígena do Xingu era um pouco isso, foi um parque que criado, algumas etnias já viviam naquela região, outras eram os grupos que eles iam identificando no processo da marcha para o oeste e botando ali dentro. Só que os panará tinham rixas históricas com as comunidades que viviam dentro do Parque Indígena do Xingu, então eles passaram anos vivendo dentro do Xingu procurando meio que um lugar para ficar e sendo meio que destratados, com conflitos com outras etnias. Então eles começaram a reivindicar e a se manifestar; isso até por intermédio de um antropólogo que trabalhava com eles que é o Stephan Schwartzman que também é sócio fundador do ISA, e começaram a querer dar uma solução. O ISA apoiou uma ida deles a região de onde eles tinham saído, onde eles identificaram uma área que era uma área tradicional que eles reconheciam como uma área deles, e aí a gente abriu três frentes de atuação. Uma frente judicial de pedir na justiça a retomada do território tradicional...

H.A. - Era um território público?

A.R. - Uma área pública, inclusive era uma área da aeronáutica, dali da base aérea do Cachimbo, e pedir, que isso fosse uma coisa paradigmática, foi a primeira vez, até agora acho que foi a primeira e única, pedir uma indenização de reparação do Estado pelo dano causada a comunidade panará pelo contato, que eles perderam dezenas de membros nesse processo. E, além disso, a gente abriu um processo político de negociação, chegando até a negociação com o governo para cessão das áreas da aeronáutica, para fazer o reconhecimento da terra, e um outro processo para gerar as condições para fazer as transferências deles. E esse projeto foi super bem sucedido porque a gente conseguiu, o governo fez a negociação, fez a demarcação da terra, inclusive do ponto de vista administrativo, foi num processo político administrativo, a ação judicial quanto a isso nem precisou chegar ao fim porque a terra foi reconhecida, conseguimos gerar as condições para fazer a transferência, e aí já na última instância da ação indenizatória, nós aproveitamos que na época Fernando Henrique era presidente e era

antropólogo, fizemos uma gestão política mesmo de dizer: “olha, não faz sentido nenhum o governo recorrer da decisão e dizer que não quer pagar, o governo tem que assumir, é uma questão histórica para o Brasil. O governo assumir e fazer o pagamento da indenização”, e isso aconteceu. Então esse caso é um caso bem assim. A gente, por exemplo, aí tem toda uma estratégia. Como a gente faz isso? Então vamos fazer: jornalistas envolvidos para escrever um livro, fazer um filme para dar visibilidade ao caso, para poder dar respaldo público para que as decisões políticas fossem tomadas, então uma estratégia de diferentes frentes para poder fazer o caso acontecer.

H.A. - Nessa área de comunicação sempre estiveram muito envolvidos.

A.R. - A gente sempre teve.

H.A. - Muita publicação. Aqueles livros sobre povos indígenas.

A.R. – [INAUDÍVEL] que é a referência. E aí nesse processo a gente foi meio que adequando essa coisa, porque a área jurídica sempre teve isso e a gente sempre teve uma preocupação muito grande, porque a instituição vai aumentando, você começa a ter uma série de demandas, porque aí cada pessoa que está... você está em uma região, está lá em São Gabriel da Cachoeira, enfim, é parceiro da Associação das Organizações Indígenas, teve uma briga, eles prenderam os índios, eles vão na porta do advogado, não quer saber se você é especialista em direitos territoriais com mestrado em não sei onde, direitos humanos, tem que ir lá tirar os índios da cadeia. Então começa abrir uma série de demandas. E a gente sempre teve muito essa preocupação de manter a nossa área jurídica como uma área que gerasse mais conhecimento mesmo, que tivesse esse papel. Então a gente acaba fazendo toda essa assessoria para as organizações, de uma série de coisas, trabalhando nessa questão dos direitos territoriais, mas fundamentalmente tentando formular para geração de novas legislações, novas normas etc.

L.O - Com isso, de alguma forma, vocês têm que ter intenso contato com as burocracias dos vários órgãos do governo, não é? A demanda. Faço ideia, na hora que... Que diferentes ministérios... Só de ouvir eu já fico nervosa, só de pensar. E cada uma tem as suas peculiaridades.

A.R. - Cada uma tem suas peculiaridades e hoje, pelo menos, tem um entendimento do governo que eles precisam falar entre eles. Porque houve épocas, quando eu comecei a trabalhar no ISA, a gente ia falar, era Ibama, Funai, Incra, eram três órgãos que não se conversavam, e as vezes, havia reuniões que a gente fazia e convocava, em que eles se encontravam e eles diziam: “Olha, só vocês para a gente participar da mesma reunião”. Era uma coisa que era de apavorar. E a gente viu, por exemplo, uma coisa que é muito forte nesse processo, uma coisa que a gente esteve também muito envolvido a universalização das políticas indígenas. Porque quando eu comecei a trabalhar nessa área, tudo sobre questão indígena era na Funai⁵. A saúde indígena era tratada pela Funai, a educação indígena era toda da Funai, então uma dificuldade, e aí o resto da burocracia se sentia muito confortável para dizer: “Índio não é comigo, não tenho nada a ver com isso”. E uma das coisas que a gente viu nesses anos foi exatamente esse processo de dizer: “Índio é responsabilidade de todo mundo e o Ministério da Educação tem que ter educação diferenciada as populações indígenas, o Ministério da Saúde tem que saber lidar”. Ainda não funciona da maneira que devia, mas isso foi uma mudança na burocracia imensa, de você ter que passar a lidar com essa realidade diferente. Você imagina o que é para um burocrata que está dentro do ministério, que para ele, ele olha o Brasil de Brasília, então de Brasília do Oiapoque ao Chuí, não faz a menor ideia, é tudo igual. E além de ter que lidar com essa diversidade do país, agora tem que começar a lidar com esse negócio de índio, não sei quantas etnias diferentes. É uma coisa...

H.A. - E quilombos e tudo mais.

A.R. - E aí você vê, por exemplo, nessa área jurídica também, uma coisa que a gente acumulou muito foi nessa questão dos impactos das obras de infraestrutura. A gente tem um caso exemplar que é o caso da hidroviária Araguaia-Tocantins, que foi um pouco isso. Os índios Xavantes começaram a ver as placas da hidrovia na sua terra, não tinham a menor ideia do que se tratava, foram procurar um professor da universidade estadual do Mato Grosso, aí esse professor que já conhecia o ISA, falou para eles: “Vamos a Brasília, vamos ao ISA”. Aí juntaram uma delegação, baixaram lá em Brasília para contar para a gente o caso: de que

⁵ Fundação Nacional do Índio

estavam lá essas placas, de que eles estavam sabendo que ia ter a obra, não tinham sido chamados para nenhuma conversa, não tinham nenhuma informação, e aí foi muito interessante esse caso. Esse caso foi assim, a gente pegou... Os índios baixaram lá, não tinha nem hora marcada, a recepcionista diz: “Olha, tem um grupo de xavantes aqui, tal, a gente vai lá, tudo bem, senta, conversa, ouve aquela história e diz: e agora, o que a gente faz? Um problema daquele na mesa. Uma obra prioritária, do programa Brasil em Ação, não sei que. Aí nós pegamos eles, ligamos para um deputado que era presidente da comissão de meio-ambiente da Câmara, dizemos, “Temos aqui essa situação e tal”, ele era inclusive de Mato Grosso, Gilney Viana, “Então vamos conversar, nós temos aqui uma audiência que já está programada para falar sobre questão de navegabilidade no Mato Grosso, vamos trazer esse caso”. Aí essa audiência que na verdade nem era uma audiência do processo de licenciamento, era uma audiência da comissão da Câmara, acabou se transformando numa audiência para discutir esse caso, e nessa audiência o próprio Ibama anunciou que ia rejeitar o estudo de impacto ambiental porque não havia tido nenhuma consulta aos índios nem nada, e o estudo, o Washington Novaes que fez uma análise do estudo na audiência e ele até brincou: “O estudo parecia uma obra da Clarice Lispector”, porque tinha parte que começavam com uma vírgula, era um corte e cola tão mal feito que... E aí nessa audiência eles anunciaram que não iam ter, e essa história marca uma mudança, por exemplo, no tratamento da questão indígena nos estudos de impacto ambiental. Porque aí como em paralelo a esse problema no estudo de impacto ambiental, nós entramos com ação judicial, dizendo o seguinte: “Não dá para fazer essa obra antes dos índios serem consultados, antes de ser licenciado e tal”, a questão indígena passou a ser um entrave para a obra. E aí o pessoal começou a tratar a questão indígena dentro do estudo de impacto ambiental de uma forma diferente. Então esse é um caso também que a gente sabe que dali geraram uma série de desdobramentos, para o bem ou para o mal. Coisas que você consegue para garantir mais os direitos dos índios, e de repente coisas como a gente vê agora, os processos de licenciamento com uma nova normativa que é para tentar diminuir o impacto das demandas indígenas nos processos e tal, tal. Nem sempre a gente consegue tudo que a gente quer ou às vezes consegue por um tempo, quando vai lá na frente, já mudou toda conjuntura. Agora, por exemplo, é um momento desses, várias das nossas conquistas a gente está vendo certo risco de retrocesso.

H.A. - São aí muitos anos, sei lá, vocês estão fazendo 20 anos, e também é uma parceria de 20 anos com a Ford, e chama atenção que para eles parece ser realmente uma instituição muito importante e que eles consideram um modelo da relação, símbolo do trabalho da Ford no desenvolvimento sustentável, está esse frase no Anthony Anderson, que é legal, assim. Como é nesse tempo, 18, 20 anos, como relação, como você estava falando que muda governo, muda ministério, mas também na Fundação Ford muda, o *programmer officer*, muda o representante, como é isso?

A.R. - Olha, eu acho que a gente teve vários momentos bem distintos. A gente sempre teve relação muito próxima, no sentido de ter *programme officers* que compreendiam bem a forma como a instituição funcionava, portanto eram muito parceiros no desenrolar das negociações, no desenvolvimento das ações. O ISA tem uma grande vantagem, porque como ele é uma instituição grande que tem vários níveis de intervenção, desde a intervenção de campo, até as áreas meio que a gente trabalha, produção de publicações, e até a área de advoca-se tal, de uma certa forma mesmo nos momentos em que a fundação teve mudanças de foco, a gente nunca deixou de ser uma instituição prioritária porque para qualquer lado dos focos que ela se virava, o ISA tinha alguma coisa a oferecer. Então eu acho que a gente sempre teve uma relação muito proficua nesse sentido, de saber trabalhar junto para identificar junto quais eram as iniciativas e projetos que apoiavam a instituição naquilo que ela sabia fazer bem, mas que tinham a ver com aquele momento da fundação. Acho que agora mais recentemente, inclusive, isso é muito forte também por isso. Porque aí tem uma história do Aurélio, teve uma relação, então a Ford sempre foi um financiador *muito respeitoso*, muito. Ah, se todos fossem assim, respeitoso no sentido de reconhecer sua autonomia, de buscar te ajudar realmente e de ser flexível nos momentos que tem que ser flexível, em vários momentos. Às vezes você tem todo um projeto, está ali tudo orçado, é aquilo que você vai fazer, mas no momento chave, por exemplo, que você tem necessidade de fazer uma mobilização maior... Então a gente teve campanhas importantes, demarcação da Raposa Terra do Sol, em que naquele momento você dizia assim: agora, precisava fazer um esforço, nem que fosse para isso, para trazer a Joênia que era advogada para Brasília para poder ajudar a preparar a defesa e tal, a Ford sempre foi um parceiro que nesses momentos sabia dizer: “se precisar estamos aí.” Então isso foi uma coisa muito bacana.

H.A. - Entendi, acidentes no caminho que eles compreendiam.

A.R. - Compreendiam. Porque a Fundação Ford consegue ter um acompanhamento, não está distante da realidade. A gente tem alguns parceiros que não estão no Brasil, então às vezes tem uma coisa dessa no meio do caminho, nossa, até a pessoa entender e você entender... e certas demandas que vêm, tipo, aquela coisa, eu vou fazer uma oficina em Oriximiná e tal e você não tem aquela coisa de dizer: “tudo bem, mas você tem que trazer a nota fiscal da alimentação”; então essas coisas mais burocráticas também a Ford foi um parceiro muito adequado nesse sentido de reconhecer a realidade do país e saber como está para trabalhar.

H.A. - E confiança também, não é? Falando assim, em termos da história da Ford, da relação dela com o meio ambiente, eu nem sei se você vai ter condições de falar sobre isso, mas era uma pergunta que eu queria te fazer, porque eu acho que ela teve vários momentos, ela começou mais focada em produção agrícola, depois em direitos humanos, povos da floresta e finalmente desenvolvimento sustentável, que eu acho que é a questão do momento. Você vê que isso vai caminhando por um contexto brasileiro, como vai mudando o foco.

A.R. – Exatamente, foi evoluindo de acordo como essas questões mesmo foram evoluindo na agenda.

H.A. - Desde o momento que o ISA entra no cenário, essas mudanças, o ISA colaborou para que essas mudanças de foco na Fundação Ford fossem...?

A.R. - Aí eu não sei, aí é muita pretensão a gente dizer...

H.A. - Eu digo mais nesse final, nessa questão de direitos humanos...?

A.R. - Eu acho que sim, porque eu acho que de uma certa forma teve um momento, por exemplo, em que a Ford teve muito foco, trabalhou muito com a questão do manejo florestal, tinha muitos parceiros nessa linha, nas linhas que tinham a ver com pesquisa e formulação para essa coisa do manejo, e a gente também contribuiu muito com o ISA, mas o ISA sempre foi uma instituição que fez muito essa ponte entre o técnico e o que acontece no campo com a questão política. Eu acho que nesse sentido a gente contribuiu muito porque a gente sempre

conseguiu mostrar essas coisas do resultado e do impacto que vai além de você só fazer um estudo, e de demonstrar que mesmo o estudo que você faz, ele tem uma conotação política. E a gente sempre teve isso muito forte, nunca quis abrir mão disso. A gente teve momentos, por exemplo, teve um caso que eu acho que é bem relevante porque mostra... Tinha outros parceiros, inclusive da Ford, mais dessa área estritamente ambiental mesmo. Tem essa organização internacional que é o World Research Institute que durante anos teve uma iniciativa global que chamava Global Forest Watch, essa coisa mesmo de ter um observatório sobre as florestas, que era baseado no monitoramento de florestas, imagem de satélite, o que é floresta e o que não é. Então eles fizeram isso em muitos lugares do mundo aonde não existia capacidade nacional para não fazer isso. No Brasil eles nunca vieram fazer, porque aqui você tem o Inpe já com 20 anos de programa de monitoramento e várias organizações como o ISA, o Ipam, o Imazon⁶, tal, todos inclusive nessa época igualmente parceiros na Ford que já trabalhavam com essa questão do sensoriamento remoto tal. Então quando eles vieram para o Brasil, vieram com uma parceria como Greenpeace e aí convocaram várias das instituições para propor uma iniciativa que era coletiva. E a iniciativa que eles queriam fazer era um mapeamento do desmatamento, qualificar melhorar o desmatamento na Amazônia. E a gente sabia que o Greenpeace tinha uma agenda internacional que era a agenda que eles chamavam de Ancient Forest, aquela coisa como se você tivesse falando de florestas nativas intocadas, florestas anciãs e tal, que era uma proposta que eles levavam na convenção de biodiversidade para dizer: “Olha, o que são as Ancient Forest, supostamente florestas sem impacto de gente, tal, tem que ter uma proteção integral”. E a gente na nossa posição socioambiental era totalmente contra isso. Porque a gente dizia, não existe floresta que não tem gente, então esse negócio de você olhar por cima do satélite e dizer, aqui, porque é tudo floresta é proteção integral, não existe, porque ali dentro tem alguma comunidade vivendo daquela floresta, você não pode limitar o uso dessa comunidade. E nós nesse debate com esse grupo, dissemos que a nossa proposta era que eles fizessem uma outra coisa no Brasil, porque essa coisa a gente achava que não fazia sentido. Aí, eles: “Muito obrigado, nós não vamos fazer outra coisa, vamos fazer isso”. E alguns dos nossos parceiros chegaram a nos procurar... então a gente disse: “Estamos fora”. Chegaram a nos procurar para dizer: “Ah, então deixa a gente usar sua base cartográfica aí, você não precisa estar na coisa, mas você empresta”, aí a gente dizia: “Olha, eu

⁶ Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia

não vou dar um produto meu para ver vocês fazerem um trabalho que quando a gente chegar a se encontrar na reunião de biodiversidade, vocês vão estar usando meu produto para defender uma coisa que eu sou contra. Então não existe isso, não existe você produzir informação de uma forma, digamos, neutra, desconectada. Essa informação que a gente produz é uma forma da gente empoderar uma certa questão que a gente quer defender. Então não tem essa de usar nossas bases cartográficas para fazer um negócio que eu vou ter que chegar lá fora, vai me dar o trabalho de dizer, apesar desse mapa ter o nome do ISA, por que tem a base cartográfica, a gente não concorda com isso porque isso vai ser uma coisa excludente socialmente”. Eu acho que isso foi interessante porque de uma certa forma nesse processo de trabalhar com a questão do desenvolvimento sustentável, a própria fundação se vê na necessidade de ter que fazer também um pouco, não fazer necessariamente escolhas, porque evidentemente ela pode hoje, ela trabalha assim, com um portfolio que apoia até projetos que são opostos do ponto de vista de pegada e de abordagem, mas de reconhecer que para fazer essa diferença no cenário, o trabalho, a ação política, a mobilização, o fortalecimento das autonomias é uma questão fundamental. Não é só o caso de desenvolver um projeto, se desenvolve muito bem um projeto de campo, aqui, tal, aquilo teve um resultado, mas isso nunca vai ser a mesma coisa de um projeto que tem uma abordagem que vai um pouco além.

L.O - Só uma coisa. É bom os exemplos que você está dando porque às vezes você fala e fica muito nebuloso para a gente. Dá um exemplo: Ah... Começa a fazer sentido para a gente. Uma coisa, o ISA teve alguma coisa a ver com as experiências no Acre, não?

A.R. - Não, no Acre não. No Acre mais do ponto de vista político, digamos assim, da história. O ISA teve muito a ver com a organização da aliança dos povos da floresta, esteve muito envolvida naquele primeiro encontro de Altamira que foi o encontro que fortaleceu essa articulação, pós a morte do Chico Mendes. A gente deu muita visibilidade, trabalhou muito com essa situação das comunidades do Juruá, de onde surge muito do movimento seringueiro, mas a gente nunca teve ação concreta no Acre. A gente chegou no início do governo do Jorge Viana. A gente chegou a ir para o Acre para participar de vários debates e ajudar eles a discutirem, por exemplo, a questão da pavimentação da estrada, que era um pouco nessa linha de ajudar a construir uma solução intermediária. De dizer: “Nós somos contra a estrada

totalmente”, mas de ajudar a construir essas alternativas, mas a gente nunca chegou a desenvolver projeto de campo lá.

H.A. - Com todas essas discussões aflorando, Belo Monte, que está se complexificando, como a Ford está participando disso?

A.R. - Especialmente naquela região, se a gente ver os investimentos que foram feitos para contribuir com a estruturação das organizações locais e o apoio aos movimentos sociais, acho que ela teve um papel bem importante em garantir esse movimento forte, qualificado, apesar que agora ele está rachado, mas normal, faz parte, mas eu acho que muito do que você tem da qualidade, das lideranças políticas da região de levantar esse debate, de qualificar a discussão na região sobre a viabilidade daquela obra para o desenvolvimento local tem muito a ver com o apoio que aquelas organizações receberam. A Ford sempre foi daquele tipo de reconhecer essas organizações locais, menores, reconhecer a necessidade de você garantir um telefone, um computador, uma sala para o pessoal trabalhar, coisas que às vezes outras instituições não reconhecem. O cara, o projeto, quer saber o que você vai fazer, ele quer medir, quantos hectares, quer saber indicadores que não são necessariamente aquilo que muitas vezes são o que as organizações precisam.

H.A. - E as universidades, há um apoio às universidades que já estejam fazendo diferença agora?

A.R. - Eu acho que sim. Pelo menos do que eu conheço mais que é nessa linha dos direitos indígenas, os trabalhos que são feitos com o Laced⁷, com o Museu Nacional, eu acho que são superimportantes. Porque também marcam muito essa coisa de apoiar um campo da universidade que tem uma clareza de propósitos. Essa coisa de deixar totalmente livre, articular a conexão entre a produção científica e uma demanda social efetiva que existe, acho que isso é muito bacana.

⁷ Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento

H.A. - Você estava falando de grupos de trabalho, imagino que fosse interessante no sentido até o diálogo de línguas diferentes, praticamente.

A.R. - Com certeza. E poder fazer isso de uma maneira associada que são as demandas, porque a gente vê, por exemplo, quando a gente olha todo esse cenário da Amazônia, um programa que foi superimportante para mudar esse cenário foi o tal do PPG7, programa piloto. O PPG7 tinha uma ação de ciência e tecnologia, um programa superimportante, não desqualifica o programa, mas a maior briga dentro do programa piloto era discutir as tais das demandas para pesquisa. Os pesquisadores, o pessoal... O programa chamava, não sei se é Ciência e Tecnologia Aplicada, tinha um nome que demonstrava claramente que era um programa que deveria desenvolver pesquisas para atender aos outros subprogramas do PPG7. Então você tem uma linha de pesquisa, tem um outro que é de manejo florestal, tem um outro que é de reservas extrativistas e tal, e todo mundo que trabalhava nesse programa resistia a qualquer possibilidade de você dizer: “Olha, tem aqui uma lista de demandas, os programas demonstrativos das comunidades identificaram aqui uma lista de demandas, por exemplo, o pessoal que está com problema na questão de armazenamento de açaí, tal, dá para...?” “Ah, não, nós não podemos trabalhar pesquisa assim” Tudo bem, tem que entender a autonomia da academia, mas em algum momento isso tem que dialogar. Quando você olha a história do Inpa, por exemplo, quantos anos, quantas pesquisas foram feitas na Amazônia, financiadas na maior parte com recurso público para entender a ecologia dos diferentes tipos de formiga daquela região. Quantas dessas pesquisas trouxeram alguma informação, por exemplo, sobre a relação dessa formiga com a agricultura, algum benefício que você possa tirar ali mais objetivo. Muitas não, porque é aquela coisa da pesquisa básica. Tem o seu valor? Tem. Mas é interessante quando você vê uma instituição como a Ford apoiando projetos de pesquisa e buscando exatamente a conexão do que esses projetos podem contribuir com aquilo que são o que os beneficiários delas demandam. E acho que a Ford tem essa pegada, isso é bem interessante, por que aí ajuda mesmo. Principalmente quando são coisas confrontantes. Porque se a gente for olhar nessa história, tem vários momentos em que a pesquisa, por exemplo, sobre a questão dos projetos que são desenvolvidos em terras indígenas levantam questionamentos sobre os limites desses projetos, as dificuldades de você implementar e de você ter modelos e tal, que são super importantes para gente, que as vezes você está ali fazendo, achando que você está fazendo o máximo, que o que você está fazendo não tem como melhorar, aí você vai ler um trabalho

daquele acadêmico, que te deixa morrendo de raiva porque o cara faz críticas a seu trabalho, você fala: “Pô, eu estou ali me matando, fazendo acontecer, o cara vem aqui fazer uma tese e vai ficar criticando!”. Quando você vai lendo e tem abertura para ver que aquela pesquisa é uma pesquisa que vai no mesmo sentido, o objetivo dela é o mesmo objetivo que o teu, dali você vai tirar, com certeza, uma série de coisas que vão te ajudar a melhorar, porque a gente nunca sabe tudo. É legal quando você tem essa convergência, assim, acho isso muito interessante.

[FIM DO ARQUIVO I]

H.A. - E falando assim que nem se sempre você acerta, mas também está dentro de um contexto ali.

A.R. - Aí é isso, é tudo uma questão de contexto mesmo, de aprendizado coletivo. Tem várias situações. E a própria questão de ser a Ford, isso é uma das discussões que a gente discute muito, quando o pessoal fala sobre a questão de dinheiro. Porque hoje a gente se vê muito esse grande dilema. Você ter dinheiro da iniciativa privada, as pessoas já olham que aquele dinheiro, “Mas esse dinheiro é um dinheiro sujo de alguma maneira.” Eu sempre brinco, digo, gente então vamos lá, Fundação Ford, que ninguém nem questiona a legitimidade, ninguém questiona a diretriz, a pegada, o apoio da Ford, mas aí a gente lembra, vocês lembram o que é a Ford? Porque se você vai discutir uma questão de modelo em torno de sustentabilidade, inevitavelmente tem que buscar a fundo.

H.A. - É verdade. Mas vamos voltar para o PPG7, falar um pouco o que isso representou e os dilemas que você estava comentando e acabou que a gente foi para outro caminho.

A.R. - Então, eu acho que o PPG7 tem uma coisa fundamental dele que é a questão dos processos participativos, de ser um programa que coloca junto, na mesma mesa para tomada de decisão o governo, os doadores e os beneficiários, que de uma certa forma é consolidação desse reconhecimento da sociedade civil que vem do próprio processo da Rio 92. E foi um marco no sentido que além dessa questão da participação, ele reconhece diferentes formas de

lidar com uma questão. Se a gente olha especialmente para a Amazônia, desenvolvimento sustentável, pegar o tema, por exemplo, do desmatamento que sempre foi o grande nó, quando o PPG7 começou e até meados do PPG7, a grande questão que todo mundo perguntava era a seguinte: quem é responsável pelo desmatamento, e todo mundo se esforçava para arranjar uma resposta, *uma resposta*, um cristo, um vetor de desmatamento que você ia qualificar. E ao final do programa eu acho que tem uma grande mudança que é o reconhecimento de que o desmatamento é um processo dinâmico que reúne uma teia de relações e de fatores, ou seja, você tem que entender como uma dinâmica e não como uma responsabilidade de um único fator. Essa trajetória, isso muda a forma de lidar com os problemas da sustentabilidade na Amazônia, muda completamente. Você passa a reconhecer que para enfrentar o problema você tem que abrir o leque de estratégias, trabalhar articuladamente com diferentes estratégias, e acho que isso vem muito daí, das experiências desenvolvidas em campo, pelos projetos do PDA, da participação da sociedade, dos estudos e de toda discussão do programa de monitoramento e avaliação que era um pouco isso, de ficar analisando as contribuições dos diferentes subprogramas. Porque ele era um programa, na verdade, ele era chamado de programa, mas ele era um guarda-chuva de subprogramas que não se conversavam entre eles. Você tinha esse programa de monitoramento e avaliação que tentava fazer essas costura. Mas ao final do PPG7, de certa forma o PPG7 traz... É muito interessante você olhar, para quem é da área da pesquisa isso é um filé. O PPG7 basicamente vai terminar no final do programa do Fernando Henrique, e aí começa o governo Lula. No final do PPG7 foi uma discussão sobre o que seria a segunda fase. Nessa discussão do que seria a segunda a fase, o desenho de segunda fase que foi feito, que foi feito num processo colaborativo, ele era um desenho que propunha, por exemplo, a articulação com a área de reforma agrária, com o Incra, que até então não participava do programa. Ele propõe essa questão do trabalho na questão da gestão das terras indígenas, porque você tinha tido o Pptal que era o programa de reconhecimento, de garantia do processo demarcatório, então ele dava esse passo adiante, o PPG7 sinalizava tudo isso, a questão de cadeias produtivas. O que aconteceu foi que quando entra o Lula e vem a tal da ideia do Paz do programa Amazônia sustentável, o pessoal disse, agora o que nós vamos fazer é sair do programa que é piloto para ter um programa de política pública em escala. Então esquecem esse programa de segunda fase, embora no conteúdo, se você vai olhar, ele é o conteúdo que vai ser depois aprimorado no plano de prevenção para o controle do desmatamento, no Ppcdam e outras políticas que são essas políticas que vão trabalhar mais

transversalmente. Mas o governo toma uma atitude, até como uma postura em relação a própria questão da cooperação e tal, dizendo: “Agora a gente não precisa mais do programa piloto, agora a gente vai para um programa de política pública”, aí eu acho que houve um certo erro de cálculo porque se pensou que, pelo fato do Lula ganhar, o Lula ia conseguir juntar todos os governadores e ministérios e aquilo ia surgir como uma proposta totalmente inovadora e no fim das contas, o PAS, quando se consegue desenhar coletivamente o que é, ele fica formatado num documento básico que é absolutamente genérico, porque é isso, ele é um documento que não consegue aprofundar, só consegue consenso num certo grau de generalidade, e na hora que é pedido aos governos dos estados da Amazônia e aos diferentes ministérios para apresentar as suas agendas para compor o PAS, que é aquela coisa, na verdade, de programas e iniciativas já existentes, ele vira uma lista de compras que envolve todas as obras de infraestrutura, até a tal da hidrovial Araguaia-Tocantins que já estava descartada, vencida pela justiça e tal, entra nessa lista do PAS. Então o PAS acaba não saindo como um programa porque o governo reconheceu falou: “Não dá para sair do PPG7 dizendo que você vai para uma política pública, mas essa política pública tem tudo que o governo do Tocantins quer, tem um monte de coisa que a gente sabe que de sustentável não tem nada”. Então o governo de uma certa forma recua em ter um plano Amazônia sustentável, realmente um programa. Aí passa a ser essa coisa de um plano, que é uma coisa super genérica que acaba não aterrissando; vai se concretizar, na verdade, na política pelo plano de prevenção de combate ao desmatamento e por outras políticas, como essas políticas de preço mínimo nos produtos da biodiversidade, tal da política de povos e comunidades tradicionais, várias políticas hoje que inclusive amarram a relação do Ministério do Meio Ambiente com o Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério do Desenvolvimento Agrário, hoje essa relação acontece no âmbito dessas políticas. Que foram políticas que surgiram na tal da lógica da transversalidade que a Marina Silva defendia. Então o PPG7 de uma certa forma fica sem sucessor. O sucessor dele acaba sendo o Ppcdam, quando, na verdade, tentou-se se fazer como sucessor dele o tal do PAS que não sai. Então ele marca uma diferença e de uma certa forma ele não consegue ter continuidade. Mas tudo que você pensa ou faz hoje sobre a Amazônia, se você for olhar na história como se chegou a esse entendimento... Creio que veio de lá.

L.O. - Só uma coisa, você dando esse mapeamento, muito bom, estamos aprendendo mesmo. Mas fazendo uma pergunta um pouco de fora, você nos transmite a complexidade e a

enormidade do que é lidar com essas coisas na Amazônia etc. e como isso envolve políticas públicas e vários ministérios etc, etc. Duas questões, fazendo o papel de advogado do diabo. Frente a isto tudo, a Ford me desculpe, o dinheirinho que ela dá para vocês, vamos combinar, é uma bobagem, mesmo que seja mais ou seja menos, tendo em vista o tamanho dos problemas, esta é uma questão que de alguma forma você já deu algumas dicas sobre isso, mas reforçar isso. Qual é a importância desse dinheirinho da participação da Ford, e de outro isso, uma coisa que a própria Helena tinha levantado. Diante disto tudo, a imprensa ou o Brasil urbano ou o Brasil do sul, olha isso, fala assim: “Esse bando dessas ONGs, apoiadas por esses investimentos internacionais, isso vai facilitar o controle das nossas reservas, nós temos que ter o direito de destruir, nós podemos destruir isso aí...”.

A.R. - Exatamente, ter o direito de destruir.

L.O. - Não é porque... É uma preservação para que nós possamos destruir, mas então como você, vamos dizer assim, fala sobre essas duas coisas, que são coisas... Só para a gente...

A.R. - Sobre a questão de volume de recursos, vamos lá, a gente até não pode reclamar, porque eu sei que no orçamento do ISA a participação da Ford não chega a ser uma coisa de... Sei lá... Acho que hoje deve ser 10%, não mais do que isso, que a instituição cresceu muito e se diversificou. Apesar disso eu sei que a gente é dos maiores projetos lá dentro na linha de desenvolvimento sustentável, então acho tudo lindo, maravilhoso, e acho que, vou te dizer, o grande diferencial da Ford é o seguinte, a Ford é aquela instituição que você diz assim: “Só preciso de dinheiro para salário, para viagem”, e ele não vai dizer para você: “Olha só, tem que fazer uma publicação”, tipo... Ela não está afim de firula, ela não quer o produto para ela, porque isso é uma coisa muito louca no mercado de projetos, que a gente viu nos últimos anos acontecer. Antigamente, o financiador tinha uma estratégia e a estratégia dele era formada pela soma de projetos que ele apoiava. Mas ele tinha um trabalho que era o trabalho de pegar e escrever aonde a sua estratégia alimenta a minha. E aí a evolução do mercado de projetos foi a evolução do menor trabalho para os oficiais de programa das agências. Então eles começaram a fazer de uma tal maneira que é o seguinte: o seu resultado é o meu resultado, *o meu resultado não é a soma dos vários*, o meu resultado é o seu resultado, o seu resultado, o seu resultado. Então ele deixou de ter trabalho porque seu relatório já vem formatado para entrar no dele. E

aí nesse sentido ele quer que seu projeto tenha alguns resultados que são, digamos, indicadores mais objetivos que ele precisa cumprir. Com a Ford a gente não viu isso acontecer. O fato dela reconhecer que você pode, por exemplo... Para nós o mais importante que o trabalho do ISA faz hoje, porque quando você fala de trabalho de política, o que é importante? É produzir informação e subsídio e ter gente qualificada para fazer articulação e a incidência. Eventualmente você vai precisar de dinheiro para fazer uma reunião, uma viagem aqui, mas você não precisa gastar dinheiro com um monte de outras coisas, mas você precisa ter um quadro técnico qualificado, tem que pagar um salário para aquela pessoa, tem que ter aquela pessoa trabalhando ali, se não for o mesmo cara que vai trabalhar ali cinco anos, ele não vai acumular conhecimento para fazer diferença. Não é qualquer um, contrato um hoje, não deu certo, contrato outro amanhã; então o fato de ter um financiador que não diz para você: “Você não pode ter um orçamento de mais de 50% de salário”, e que diz para você: “Eu reconheço que você precisa de um escritório então vou pagar teu aluguel, teu telefone” porque tem financiador que não quer pagar isso. o governo por exemplo não quer pagar nada disso. O governo acha que você tem que trabalhar de graça, ele só quer pagar o produto e a ação específica que você vai fazer. Então eu acho que essa é a grande vantagem da Ford. Pode ser pouco dinheiro, mas é um dinheiro que vem de uma certa forma flexível e reconhecendo as suas necessidades básicas. Isso, de novo, não tem preço. Bom, essa coisa do dinheiro internacional já virou galhofa. Porque, primeira coisa que a gente diz quando vem esse questionamento, primeiro, a gente sempre historicamente, dizia uma coisa que hoje em dia com o mercado de projetos fica mais difícil de dizer. Que é essa coisa de dizer: não, a gente tem total autonomia. Eu tenho meu projeto, eu procuro um financiador para meu projeto. Continua sendo verdade? Continua sendo verdade, mas hoje em dia é cada vez mais difícil porque o financiador quer discutir com você a sua estratégia, ele quer dizer para você isso, como ele tem uma encomenda da meta dele, ele quer dizer para você que a sua meta deveria ser a meta dele, não uma outra meta porque você acha que você por uma outra estratégia pode chegar no mesmo resultado. Então, de novo, a Ford tem uma certa abertura. E quando você tem um parceiro no financiador que é um parceiro que conhece o tema que você trabalha e você reconhece ele intelectualmente como um interlocutor para definir estratégia, tudo bem. Às vezes você só tem o cara que só está ali como interlocutor porque ele é o dono da grana, mas ele não manja nada do que você faz e as opiniões dele não tem nenhum valor, então é meio infernal. Mas a gente sempre respondeu um pouco por aí. Primeiro isso, tem uma autonomia porque a gente faz

aquilo que a gente quer. Depois você vai baixando também, vai chegando no nível da conversa, fala bom, você está trabalhando com a Amazônia, vocês estão reclamando, o pessoal critica porque você vem com dinheiro externo. Primeiro, na área ambiental, o Brasil trabalhou com dinheiro externo a vida inteira, agora que a situação começou a mudar. Então o governo também, o PPG7 é um ótimo exemplo disso.

L.O. - Foi com o Banco Mundial, não foi?

A.R. - O Banco Mundial era gestor, mas o dinheiro era dos países, a maior grana era do governo americano, governo alemão, principalmente, foi o maior doador do PPG7. Então na área ambiental, governamental, sempre foi financiada com recursos internacionais. E por fim, como diria a Marina Silva, uma vez eu ouvi ela dizendo isso para o Eduardo Viola, muito interessante, ela diz: “Olha, a Amazônia sempre foi pautada pelo interesse econômico internacional porque até o preço da borracha era ditado pelo mercado internacional.” Então essa coisa de achar que o interesse internacional na Amazônia está pelo viés das ONGs, é para a gente se achar muito poderoso, porque na verdade ele está ali nas grandes mineradoras, está nas grandes empresas, a produção de soja, se você olhar é totalmente dominada pelas grandes trades internacionais, então, achar que o interesse internacional na Amazônia se manifesta pelas ONGs ambientalistas, eu acho que é para a gente sentir poderoso porque... porque o que a gente recebe de dinheiro internacional para fazer a diferença na Amazônia é muito menos do que o investimento da Abuje, da Cargill hoje, de outras empresas, das empresas de mineração.

L.O. - Podia criar essa polêmica...

A.R. - Quer ver uma outra polêmica ótima. Outro dia a gente estava em um encontro de parceiros da Fundação Rainforest da Noruega. A Rainforest da Noruega é uma ONG norueguesa que basicamente vive com recursos do governo norueguês, e o governo norueguês tem a maior parte dos seus recursos para investimento em cooperação na área ambiental, vindas do petróleo. Eles têm lá uma lei que diz tanto por cento do petróleo te quem ser investido nessa área e não na Noruega e tal. Aí estávamos nesse debate, era um encontro de parceiros, estávamos em Quito, e uma das mesas foi sobre a questão de infraestrutura e petróleo. Veio uma advogada peruana fazer uma apresentação sobre a questão do petróleo, e ela é uma pessoa

super de esquerda, então ela fez uma apresentação do petróleo tipo, a mão negra do capitalismo internacional... Aí terminou aquela apresentação, fica todo mundo chapado, os riscos, exploração de petróleo na Amazônia e tal, aí foram fazer uma mesa de debate. Nessa mesa de debate tinha uma moça da CPI do Acre, e a CPI tem um projeto apoiado pela linha ambiental da Petrobrás. Quando ela sentou na mesa, uma das pessoas que estavam na plateia falou: “Como você se sente, depois de assistir tudo isso, vocês tendo dinheiro da Petrobrás?”. Coitada, a menina era uma técnica, não estava nem preparada. Porque quando você já tem a manha de responder... Ela ficou totalmente... Aí eu não resisti, levantei o braço, disse: “Gente, aproveitando o gancho, todos nós aqui temos uma única coisa em comum, nós todos somos financiados pela Rainforest da Noruega. O dinheiro da Rainforest vem do governo norueguês. O que o governo norueguês tem de dinheiro para botar em cooperação internacional vem do petróleo. Qual é a diferença?” Ficou aquela coisa assim... Aí a advogada que tinha feito a apresentação disse assim: “Se o dinheiro que vem para a gente vem do petróleo, eu quero saber.”, quase que eu falei: “Minha filha, vai ler os documentos da Noruega, vai ler o balanço das contas norueguesas para ver de onde vem o PIB, como os caras conseguem esse dinheiro. Ou você tem interesse em entender de onde vem o recurso e vai procurar ou então... Dizer que é diferente porque vem da Noruega... Ou vocês acham que a Rainforest é uma lavanderia, porque lustrou e agora o dinheiro chega aqui super limpinho e puro”. Então essa coisa com grana tem que ser...

H.A. - Já deve ter respondido muito também. Agora, o material de dez anos do ISA, é uma dúvida mesmo de nomenclatura, que vocês têm o apoio institucional e o apoio multisetorial. A Ford é um apoio multisetorial?

A.R. - É. Porque a gente tem várias categorias, que a gente chama. O institucional que a gente chama é quando você tem um financiador que diz assim: “Eu quero dar dez mil para o ISA, não preciso saber o que vocês vão fazer, não estou atrelando isso a um projeto.” Então é um apoio institucional. A gente tem apoio institucional da NCA, da Ajuda da Igreja da Noruega, da Icco e hoje a gente tem apoio institucional da Oxfam. Então é um apoio que o retorno que o ISA dá para a instituição, mesmo que o apoio seja pequeno financeiramente, é o relatório de atividades todas, tudo que a gente faz pode você ver. A Ford é um apoio multisetorial por quê? Porque ela é um apoio para programas, associado a projetos específicos, mas em várias áreas.

Hoje a gente tem o apoio da Ford para Raes que é essa rede latino americana de informações socioambientais que a gente articula, tem o apoio para o programa de política, tem apoios pontuais para ações pontuais, então ele é um apoio múltiplo, mas não é institucional. Cada dinheiro está associado a um certo tipo de gasto de projeto que a gente presta contas ali.

H.A. - Mas tem um valor proporcional para um lado institucional, de pagar salário...

A.R. - Sim, te, as taxas administrativas, tem a coisa de *over head*, tem tudo isso, mas não é aquela coisa... Por exemplo, a Icco, agora está ficando até mais difícil porque a equipe lá mudou muito a estrutura, então ele dá o apoio institucional, mas todo ano eles pedem uma lista de metas e objetivos e aonde que vai usar o dinheiro... Se o apoio é institucional, não preciso dizer, mas enfim, são as últimas. A gente tem essa diferença. E a gente faz ainda uma diferença, o apoio institucional, o apoio por programa, por projeto, por produto, porque aí pode ser, por exemplo, você tem no âmbito de um programa um projeto específico, aí você tem uma publicação ou um evento, aí você tem aquele apoio e tal. Então o da Ford a gente trata como uma coisa assim... Hoje, na nomenclatura, hoje a gente nem estaria mais usando esse multisetorial, a gente usaria por o programa, e o apoio da Ford seria a mais de um programa.

H.A. - Essa rede latino-americana você podia falar um pouco dela?

A.R. - Essa rede foi uma rede que a gente levou muito anos querendo fazer, que era um pouco essa ideia de tentar ter uma visão de mapeamento de áreas protegidas e de recursos para toda a Amazônia, e depois de muito tempo pensando como fazer, por que todo mundo que trabalha com essa coisa de dados cartográficos e tal, tem aquela coisa de... Você tem uma certa propriedade em cima do dado, tem uma certa dificuldade tecnológica de juntar essas informações, então a gente conseguiu articular um grupo de instituições que trabalham como o ISA com mapeamento, mas associados no geral a intervenções de campo, a projetos que se desenvolvem no campo, e conseguimos desenvolver uma série de protocolos, entre essas instituições, que fazem com que essas instituições consigam se reunir para produzir cenários cartográficos de toda a Pan-Amazônia, sem que exista uma base de dados centralizada da Pan-Amazônia.

H.A. - Quais países estão envolvidos?

A.R. - Todos menos a Guiana Francesa, eu acho, acho até que na última rodada a Guiana Francesa já estava começando a participar. Mas Venezuela, Colômbia, Bolívia, Equador, Peru, Guiana, Suriname, todos os países da Pan-Amazônia.

H.A. - E começou quando?

A.R. - Sou péssima em números, inclusive datas. A gente tentou uma primeira iniciativa como essa, ainda no final dos anos 90, aí a coisa não funcionou muito bem, agora em 2008, eu acho, para cá, a gente conseguiu fazer a rede realmente funcionar. Então a gente se juntou e se lançou em 2009 um primeiro mapa de áreas protegidas da Pan-Amazônia. Aí bem interessante, porque, de fato, é o tipo da coisa que você vai ver, nem a OTCA conseguiu fazer até hoje. Só que ele é um mapa feito em cima de bases... as informações são oficiais, mas são manejadas por organizações da sociedade. Se bem que tem uma ou duas organizações que são paraestatais, organizações de pesquisa que são meio estatais. E agora a rede está desenvolvendo iniciativas de cruzar essas informações das áreas protegidas com informações de drives de ameaça, risco, obras de infraestrutura, interesses minerários, coisas assim. E uma outra linha que a gente está trabalhando são os segundos anéis, que a gente chama, que são micro redes mais regionalizadas. Então, instituições que trabalham com esse tipo de mapeamento numa dada região; porque o primeiro anel é quem trabalha no nível nacional. Cada instituição é responsável pelo seu país. O ISA é responsável pelo Amazônia Brasileira, se bem que não tem só o ISA, tem o ICV, o Imazon que também são parceiros, mas você tem cada instituição em cada país responsável para trazer sua base de dados. E aí a gente tem um conjunto de instituições que são esses parceiros, que são organizações mais locais. Como no Brasil, por exemplo, você vai ter o IEPE no Amapá. A CPI Acre no Acre, instituições que trabalham mais localizadamente. Então a gente está promovendo, estimulando que essas instituições se organizem em micro redes regionais para poder aprofundar. Porque aí em vez de ser só o olhar geral sobre a Amazônia, aprofundar mais com dados locais e tal.

H.A. - Uma última pergunta que a gente tem feito para todos os donatários que estão vindo aqui conversar, é uma questão que a Ford está sempre muito preocupada que é a questão de

raça e gênero, que de certa forma está presente nos relatórios. Faz sentido para vocês, como é isso?

A.R. - Essa sempre foi uma questão. Aquele formulariozinho de quantas pessoas trabalham, principalmente porque o ISA trabalha com populações indígenas e a gente teve um funcionário indígena, dois, três, sei lá, no máximo, não é uma prática. Isso sempre foi uma questão para a gente de um certo embate. Na questão de gênero, em relação aos projetos que a gente trabalha... Porque quando você trabalha com comunidades diferenciadas a nossa postura sempre é a de você trabalhar a partir da base da lógica de organização social daquelas comunidades. Então como a gente nunca teve uma intervenção na área de gênero, nunca teve um trabalho nessa área, isso nunca foi uma questão que esteve muito colocada. É claro que você tem comunidades indígenas em que você vê que tem um desequilíbrio, têm comunidades em que a gente brinca e diz: “As mulheres não entram na roda da decisão na hora da reunião, mas a opinião delas do lado de fora vale mais do que a autonomia dos homens ali para falar”. Mas essa sempre foi uma questão difícil para gente, a gente nunca teve essa abordagem, então isso sempre foi uma questão difícil. Nessa questão de ter essa diversidade racial dentro do corpo da instituição também. Por quê? Porque a gente sempre trabalhou com os parceiros indígenas no sentido de fortalecer a autonomia deles. A gente não acha que trazendo um índio para ser funcionário do ISA é o melhor caminho para você equalizar essas relações. Então é uma abordagem que é muito questionada por vários financiadores, diz: “Uma coisa não tem nada a ver com a outra”. Mas de uma certa forma a gente sempre, por um nosso lado, uma certa dificuldade de enfrentar essa coisa porque isso nunca foi uma questão que tivesse posta para a gente. Então, sempre foi uma tortura preencher aquele formulário. A parte de gênero a gente melhorou bastante. Antes de mim, a Nina, viramos secretárias executivas e tal, aí passou a dividir o poder, porque no início realmente era uma instituição bem masculina, mas agora isso já não é mais tanto um problema. Acho que internamente a gente processa bem. Essa questão com a questão como os indígenas sempre pegou porque eles sempre questionaram a gente, número de funcionários, e no fim tirando o Paulo Pancararu que era advogado, os outros funcionários indígenas que a gente vai ter no geral, é gente da área de apoio. Mas a gente acabou meio que consolidando essa visão mesmo, de dizer que a nossa forma, quer dizer, a gente quer eles como parceiros, como funcionários técnicos, capacitados e tal, mas não necessariamente precisam ser funcionários da instituição. É meio difícil de explicar, não?

H.A. - Não, não. Foi muito bom. Obrigada, Adriana.

L.O. - Obrigada.

A.R. - Às vezes é difícil falar da coisa de projetos muito específicos, porque é uma história tão...

[FIM DO DEPOIMENTO]